

Orçamento

Terça-feira, 18 de setembro de 1990

18 SET. 1990

Gastos do Governo O GLOBO geram discussões

BRASÍLIA — “Está tudo fora da lei. Qualquer despesa que se faça hoje no País está fora da lei”.

A advertência foi feita pelo relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Deputado João Alves (PFL-BA), ao Líder do Governo na Câmara, Renan Calheiros, alertando para os riscos de o Governo fazer gastos previstos no projeto de suplementação orçamentária da União, mas não aprovados pelo Congresso. João Alves está, inclusive, tentando agora convencer o Ministro Bernardo Cabral a baixar a suplementação orçamentária por Medida Provisória. A proposta de Alves esbarra, contudo, na Constituição, que prevê esse tipo de medida apenas nas casos de despesas imprevistas ou calamidades públicas.

Ontem, o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, foi ao Congresso pedir ao Presidente interi-

no, Senador Alexandre Costa (PFL-MA), a colaboração do Legislativo para a aprovação da proposta orçamentária do Ministério Público, para 1991, que chega a Cr\$ 2,3 bilhões. Segundo ele, na proposta do Executivo, o orçamento foi reduzido a apenas Cr\$ 300 milhões.

Embora os gastos sociais sejam tratados com prioridade, o Secretário Nacional de Planejamento, Marcos Gianetti Fonseca, assegura que os Ministérios que ainda continuam recebendo recursos são os que têm autorização para gastar. Ou seja, as verbas dos Ministérios não se esgotam de uma única vez. Assim, embora o Congresso não tenha aprovado a revisão orçamentária, algumas unidades gestoras conquistam novos recursos enquanto outras têm que se enquadrar a uma restrição nos gastos não programados.